

## WP 2.3

# ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS PARA AGRICULTURA FAMILIAR E BIODIVERSIDADE

SALVADOR – BAHIA

2016

## RELATÓRIO: ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS DE AGRICULTURA FAMILIAR E BIODIVERSIDADE

Produto elaborado no âmbito do projeto “G.Lo.B – Governance Local para a Biodiversidade”- DCI-NSAPVD/2013/287-288, liderado pela Região Veneto, dentro do programa “Non-State Actors and Local Authorities in Development” – Restricted Call for Proposal 2011 for Local Authorities, EuropeAid/131143/C/ACT/Multi.

**SALVADOR – BAHIA**

**2015**

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. TERRITÓRIO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: A territorialização das políticas públicas.....	5
3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA .....	8
4. BIODIVERSIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR: RELAÇÕES E INTERESSES DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	21
5. PROPOSTA METODOLÓGICA: CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	28
6. RECOMENDAÇÕES PARA O PROJETO GLOB .....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

## 1. APRESENTAÇÃO

Este documento “ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS PARA AGRICULTURA FAMILIAR E BIODIVERSIDADE”, constitui-se como um conjunto de diretrizes a serem compartilhadas com as instituições locais do Território Sertão do São Francisco, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de políticas eficazes do ponto de vista do desenvolvimento sustentável e da proteção dos produtos típicos locais, em especial os produtos mapeados no âmbito do Projeto GLOB.

O presente relatório decorre de uma reflexão sustentada em dois pressupostos: a) que a mudança de paradigma e os esforços na proteção da biodiversidade local, a partir da articulação de autoridades locais podem contribuir para informar na tomada de decisão e formulação de políticas públicas visando a melhoria da vida dos agricultores e agricultoras nos seus Territórios; b) que o papel da agricultura na conservação da biodiversidade é uma questão atual de extrema relevância e que merece ser aprofundada pelos gestores das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Território Sertão do São Francisco.

A relação entre a agricultura e a biodiversidade tem sido objeto de questionamentos recentes na sociedade e no campo das políticas públicas. A partir dessas considerações, seguimos dois objetivos principais como proposição para as políticas públicas no Território Sertão do São Francisco: 1) Expor o papel da agricultura familiar na preservação da biodiversidade, particularmente no Semiárido; 2) Demonstrar uma proposta de metodologia de avaliação de políticas públicas de agricultura familiar, criteriosa, que possa ser útil aos tomadores de decisão em políticas públicas e demais interessados para identificar a contribuição das políticas públicas para a agricultura familiar experimentadas no Território Sertão do São Francisco, e, consequentemente para a proteção da biodiversidade local.

## 2. TERRITÓRIO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: A territorialização das políticas públicas

No Brasil a iniciativa de organizar a territorialização das políticas começou com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, ao apropriar-se do conceito de “Território” como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, economia, sociedade, cultura, política, as instituições, a população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. Com base nessa perspectiva teórica, desde 2003 o Brasil experimenta o processo de imersão na experiência de desenvolvimento territorial.

Em 2003, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT que está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e tem como finalidade desenvolver ações que visem à promoção do desenvolvimento de Territórios rurais no Brasil, priorizando a Agricultura Familiar e outras categoriais rurais tradicionalmente esquecidas. A estratégia da busca do desenvolvimento por meio da abordagem territorial é uma concepção inovadora, que procura enfrentar problemas que persistem atingindo muitos espaços e grupos sociais. O objetivo mais especificamente, é mudar a realidade do “Brasil - rural”, enfrentando as desigualdades regionais, a degradação ambiental, a pobreza, a exclusão social e a estagnação econômica, ainda presente em muitos lugares desse país.

Com o objetivo de identificar oportunidades de investimentos e prioridades temáticas, definidas a partir da realidade local de cada Território, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o governo da Bahia passou a reconhecer, em seu Planejamento Territorial, a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as regiões, as organizações e as comunidades, também contribuíram para essas definições.

O Território da Cidadania Sertão do São Francisco - BA abrange uma área de 61.750,70 Km<sup>2</sup> e é composto por 10 municípios: Uauá, Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado,

Remanso, Sento Sé e Sobradinho. A população total do território é de 520.782 habitantes, dos quais 148.122 vivem na área rural, o que corresponde a 28,44% do total. Possui 31.768 famílias de agricultores familiares, 2.371 famílias assentadas, 1 comunidades quilombolas e 1 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,64.

A política de desenvolvimento territorial no Território Sertão do São Francisco, teve início no segundo semestre de 2004, através de um amplo processo de sensibilização nos dez municípios, que culminou na realização de uma assembleia na cidade de Juazeiro, com a participação de 117 representantes de órgãos públicos municipais, 09 estaduais, federais e organizações da sociedade civil. Naquele evento, sob a orientação de representantes do MDA e da FAO, foram constituídos o Fórum Territorial, composto por quarenta instituições (vinte e duas da sociedade civil, dezoito do poder público), o Núcleo Diretivo, Eleição de instituições para execução das atividades de animação, pesquisa e diagnósticos, territorial com o objetivo principal de construir o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Naquele momento também foi eleito um articulador territorial, que junto com as instituições indicadas posteriormente foram contratadas pela FAO para receberem apoio e exercerem seus papéis. (PTDRS, 2006).

De forma gradativa, os dez municípios foram se firmando enquanto suas identidades, e hoje o Estado reconhece o Território com o número 23, com os contornos espaciais conforme pode ser observado na figura abaixo, um dos Territórios de maior área geográfica do Estado da Bahia.

Com o objetivo de aprofundar o eixo sobre fomento ao desenvolvimento sustentável da agropecuária foi elaborado de forma participativa dois documentos balizadores das políticas públicas no Território Sertão do São Francisco: Em 2006, foi construída de forma participativa a matriz do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS com apoio da SAF/MDA e FAO que é constituído de seis eixos temáticos: regularização fundiária; fomento ao desenvolvimento sustentável da agropecuária; gestão ambiental; educação, cultura e lazer; saneamento e moradia e comunicação social. Contém ainda a trajetória do Território, visão de futuro, dimensões do desenvolvimento e também os projetos e proposições de políticas para o desenvolvimento sustentável do Territórios.

Em seguida foi elaborado o Estudo das Potencialidades Econômicas do Território, que contém diagnóstico e proposições mais detalhadas sobre dois sistemas produtivos potenciais: caprinovinocultura e fruticultura de sequeiro e irrigada. A escolha dos sistemas produtivos aqui abordados é resultado de um processo de

discussão e indicação por parte do Colegiado Territorial. Vale ressaltar que no Território existem outros sistemas produtivos de grande importância sócioeconômica, e que se faz necessário realizar outros estudos com o intuito de viabilizar de forma sustentável esses sistemas produtivos.

Com base nesses dois documentos, os gestores das políticas públicas no Território podem orientar-se para a formulação, proposição e base de conhecimento para garantir ações mais efetivas.



### 3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA

A constituição brasileira de 1988 marcou uma nítida ruptura entre a relação do Estado e o território nacional, a partir de uma nova lógica de organização das políticas públicas. Essa mudança implicou na reforma da governança e resultou na implantação de políticas públicas diferenciadas com metas cada vez mais específicas à realidade local.

Com base nisso, este tópico apresenta um panorama geral das políticas públicas para a agricultura familiar implementadas no Território Sertão do São Francisco, no intuito de realizar um apanhado de algumas das políticas públicas para agricultura familiar já implementadas, revelando seus objetivos e a possibilidade de auxiliar autoridades locais na interpretação da realidade do Território, além de promover sinergias para a melhoria da implementação e condições de vida dos agricultores e agricultoras, principalmente no que se refere aos produtos da agrobiodiversidade, elencados durante o mapeamento realizado no âmbito do projeto GloB. Para isso, importante resgatar um pouco da conjuntura brasileira de implementação de políticas públicas que culminou na emergência de algumas políticas que contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar e dos produtos da agrobiodiversidade local no referido território de incidência da ação do Glob.

A ruptura na relação do Estado e o Território Nacional, com a afirmação da descentralização e instauração de um Estado moderador, com atuação na organização dos serviços públicos, a partir da constituição brasileira, marcou uma nova configuração das políticas públicas para o meio rural. Segundo Bonnal e Kato (2011, p. 61) “houve uma substituição do paradigma do Estado-centralizador pelo paradigma do Estado-moderador, impulsionado pelo regime democrático-liberal”. Schneider e Tartaruga (2005) reforçam essa posição explicitando que a crise do Estado se referia à sua incapacidade crescente de regular e intervir na economia privada, a partir da ampliação da capacidade da economia capitalista de ajustar em escala planetária a interdependência entre as condições de tempo e espaço de produção de mercadorias, impulsionada pela globalização e mundialização do capital.

*Incapaz de acompanhar as rápidas mudanças em curso, o Estado passou a sofrer sucessivas alterações nas suas funções e incumbências, que lhe haviam sido atribuídas com maior intensidade*



*a partir de meados do século XX. Modificam-se desde as suas estruturas até o caráter das suas ações, deixando de ser o indutor do desenvolvimento econômico e passando a ser o seu regulador, alterando o seu caráter centralizador para uma forma mais suscetível e permeável das diversas instâncias e organizações da sociedade civil (SCHNEIDER E TARTARUGA, 2005, p. 12)*

Portanto, até meados da década de 90 no Brasil não haviam políticas diferenciadas e com abrangência nacional com uma visão ampliada do meio rural brasileiro e dos segmentos sociais que o integram. A orientação política era fundamentada na lógica fordista, que direcionava o papel da agricultura ao desenvolvimento econômico e segurança nacional, desempenhando funções como liberadora de mão de obra para a indústria, produtora de alimentos e de matérias-primas baratas, geradora de saldos positivos na balança comercial por meio do aumento das exportações e fonte de renda para os setores urbanos.

As políticas públicas que visavam ao desenvolvimento rural, nesse contexto, voltavam-se à modernização do latifúndio e centravam-se nas metas de elevação dos índices de produtividade nas propriedades por meio de pacotes da Revolução Verde<sup>1</sup>. Os pequenos produtores que integram atualmente a categoria da agricultura familiar eram condicionados, na perspectiva de Bonnal e Kato (2009, p. 62) “a competir por recursos públicos e por políticas públicas num mesmo bloco que grupos altamente capitalizados”, que restringia o acesso às referidas políticas.

Conforme apontou Wanderley (2000), a redemocratização a partir de 88 e a descentralização das funções públicas no nível federal permitiram portanto a concepção, estruturação e operacionalização de políticas públicas com enfoque territorial, já que multiplicavam-se no Brasil os estudos que diferenciavam o meio rural das atividades primárias, enfatizando os seu recorte espacial e sua definição como espaço social dotado de relações políticas, econômicas, sociais e culturais próprias que não se limitavam aos aspectos produtivos.

A partir desse processo ganhou destaque iniciativas como a descentralização e valorização da participação e do protagonismo dos atores da sociedade civil, especialmente Organizações Não-Governamentais (ONG's) e

<sup>1</sup> A expressão Revolução Verde foi criada em 1966, em uma conferência em Washington. Porém, o processo de modernização agrícola que desencadeou a Revolução Verde ocorreu no final da década de 1940. Esse programa surgiu com o propósito de aumentar a produção agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo que aumentassem a produtividade. Isso se daria através do desenvolvimento de sementes adequadas para tipos específicos de solos e climas, adaptação do solo para o plantio e desenvolvimento de máquinas.

os beneficiários diretos das políticas, emergindo a necessidade de novas unidades de referência que tornasse a ação estatal exequível, constituindo-se segundo Schneider e Tartaruga, (2005, p.12) “terreno fértil para a evocação da noção de território e/ou enfoque territorial”. O IRPPA, parceiro do Glob na implementação da ação surge nesse movimento.

Favareto (2007) afirma que essa descentralização das políticas públicas associada à redução e a um certo redirecionamento da intervenção estatal, contribuíram para que se instituísse um padrão onde, em lugar dos investimentos diretos e do corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem fazer a alocação “mais eficiente” dos recursos humanos e materiais. Aqueles processos sociais de corte eminentemente territorial e este novo padrão foram, em síntese, as principais razões da emergência e consolidação desta nova abordagem territorial do desenvolvimento rural.

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural, portanto, teve a sua origem também no reconhecimento da ocorrência de novas dinâmicas espaciais, a exemplo de uma aproximação do rural com o urbano e a constatação de que a industrialização e a modernização agrícola não constituíram elementos suficientes para a efetiva promoção do desenvolvimento rural no Brasil.

Com as mudanças na concepção de rural e a emergência da agricultura familiar, as dinâmicas territoriais do desenvolvimento dos espaços rurais ganham relevância acadêmica e política e passam a fazer parte das agendas de pesquisas, consolidando-se, recentemente, como elemento importante das estratégias políticas de desenvolvimento. O Brasil incorporou a noção de território como componente do desenvolvimento e orientação para as políticas públicas. Em geral, essa noção, tanto para as políticas públicas como para os estudiosos, teve influência marcante de experiências europeias.

Abramovay (2000), apoiando-se no princípio de que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial, mostra que três aspectos básicos caracterizam o meio rural: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. O bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso depende, nessa argumentação, da atividade econômica das cidades próximas e mesmo dos grandes centros urbanos mais afastados. A abordagem territorial, nesse contexto,

[...] representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. A economia tem prestado bastante atenção aos aspectos temporais (ciclos econômicos) e setoriais (complexos agroindustriais, por exemplo) do desenvolvimento, mas é recente o interesse por sua dimensão territorial ou espacial. (Abramovay, 2000, p. 385)

Veiga (2002), apoiando-se nos estudos sobre os distritos industriais *marshallianos*, que focam a heterogeneidade do dinamismo econômico e dão ênfase à perspectiva de que “as iniciativas locais podem ser cruciais para o desenvolvimento, pois se tornam importante fator de competitividade ao fazerem dos territórios ambientes inovadores” (Veiga, 2002, p. 05), reconhece que houve uma revalorização da dimensão espacial da economia. Favareto (2007) discute que foi justamente a ideia de território que ganhou proeminência em relação a outras de maior tradição, como a noção de “região”, que apresenta tantos conteúdos similares e reúne grande especialização em torno de si. As discussões a respeito da abordagem territorial do desenvolvimento rural também vêm sendo introduzidas por formuladores de políticas públicas no Brasil, principalmente a partir da concepção de desenvolvimento sustentável e da incorporação da participação social como categoria essencial para a descentralização das políticas governamentais (Schneider, 2004).

Favareto (2007) argumenta nesse mesmo sentido, porém traz outro elemento importante para a compreensão da emergência da abordagem territorial. Nessa concepção, agentes do Estado surgem como atores que criam determinadas condições favoráveis aos investimentos territoriais, e os agentes privados são incorporados à estratégia, como executores de ações previstas nas políticas e programas. Em trabalho posterior Favareto (2010) reforça a importância da abordagem territorial na perspectiva do desenvolvimento rural, afirmando que:

(...) não há dúvidas de que a abordagem territorial é importante para os estudos do desenvolvimento rural. A percepção do autor dessa importância está ancorada em três processos: os conteúdos relativos à nova etapa do desenvolvimento rural; pelas tendências verificadas na ruralidade do capitalismo avançado; pelas categorias cognitivas que vem sendo criadas pela

*sociedade, tanto para compreender como para induzir o desempenho dessas áreas". (FAVARETO 2010, p.25)*

Dentro do véis político, a concepção de território adquire um conteúdo fortemente normativo quando assumido pelas políticas públicas. Cazella *at all* (2009) admitem essa perspectiva e apontam que a dimensão normativa implícita à noção não implica desconhecer que, mais que um resultado perseguido, o desenvolvimento territorial pode ser considerado uma metodologia, uma maneira de pensar e de ordenar as ações de desenvolvimento. Nesse sentido, ele representaria um processo de articulação de atores sociais e setores da sociedade, ligado, estreitamente, à noção de descentralização.

No âmbito das políticas públicas, isto se traduziu na criação da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e na formulação de um projeto de desenvolvimento territorial e de um novo modelo institucional para viabilizar este projeto. O conceito de desenvolvimento territorial representou não apenas uma nova unidade de planejamento para as políticas públicas, procurando eliminar a falta de coordenação dos investimentos e o viés setorial da intervenção governamental, mas representou também uma nova forma de formular políticas, com maior participação da sociedade civil e a divisão de responsabilidades entre o poder público e a sociedade.

A emergência da abordagem territorial redefiniu, assim, as formas de intervenção por meio das políticas públicas e arquitetou um aparato institucional que lhe garantiu suporte para a implementação. Através da instituição da SDT e por meio dela do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), também foi instituída a necessidade de criação de Colegiados de Desenvolvimento Territorial, que possuem a função de serem espaços de concertação e discussão sobre os rumos dos territórios rurais. Além disso, os territórios instituídos pelo MDA foram concebidos como forma de viabilizar a intervenção estatal no meio rural, balizada pelas concepções, apresentadas anteriormente, de ruralidade, multiescalaridade, pluriatividade etc. Esse aparato institucional que deu suporte às políticas públicas também foi consequência das representações sobre o processo de desenvolvimento rural.

Diante do exposto, o Território, componente da abordagem territorial, pode ser interpretado como o próprio resultado das dinâmicas territoriais nele incidentes, ou, então, na própria delimitação de um espaço físico, geograficamente definido, que reflete o "jogo dos atores sociais". Esse sentido coaduna com a noção de

“territórios dados” e “territórios construídos”, apresentados por Pecqueur (2005). “Dados” porque são delimitações de áreas geográficas apenas para fins de ação do Estado; e os “construídos” referem-se ao território como construção social e formador de uma identidade coletiva.

Considerando o território como um espaço, sobretudo, de representações e apropriações simbólicas, as dinâmicas territoriais podem ser definidas como as evoluções e as traduções, num espaço geograficamente definido, dos projetos dos atores sociais. Dos projetos resultam interações que envolvem as múltiplas dimensões do desenvolvimento territorial. Assim, os territórios se formam a partir dessas dinâmicas, que, por sua vez, são o reflexo das ações no território, implicando analisar as representações econômicas, sociais, políticas e culturais das ações dos atores e das relações entre eles — normalmente relações de interações (cooperação) e de conflito pela disputa de poder e imposição de uma visão de mundo.

Assim, a abordagem territorial segundo o MDA, consistiu no agrupamento de políticas públicas federais com enfoque territorial voltadas para o desenvolvimento rural. Convém lembrar que a nova ótica para propor uma política nacional foi resultado de lutas e reivindicações de setores públicos, da sociedade civil e movimentos sociais no contexto de crise do modelo de desenvolvimento e do processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo e na emergência da agricultura familiar enquanto categoria e nas novas concepções de desenvolvimento rural.

## 2.1 Políticas públicas no Território Sertão do São Francisco

No movimento histórico do surgimento de políticas específicas para agricultura familiar que vem colaborando para a proteção da biodiversidade destacamos algumas políticas públicas já desenvolvidas no Brasil e Bahia, com incidência no Território Sertão do São Francisco. A primeira delas e a principal em termos de recursos foi o PRONAF, instituído por meio do Decreto nº 1.946. Seu intuito principal é estabelecer diversas ações e garantir os recursos para o apoio às atividades produtivas do segmento da agricultura familiar no Brasil. Dessa forma, de acordo com o artigo 1º de seu Decreto, o programa busca “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda”.



Além do PRONAF, outras políticas públicas surgiram como incentivo ao fortalecimento das unidades produtivas familiares. Uma delas foi a PNATER, surgida em 2003, com o objetivo de reestruturar o sistema de assistência técnica no Brasil tendo como foco as propriedades rurais familiares. Outro programa que surgiu no interior da estratégia Fome Zero, foi o PAA, que permite a compra pública direta de produtos de agricultores familiares, a preços estabelecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para doação, alimentação escolar ou formação de estoques. O PNAE, criado pela Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (de acordo com o Artigo 14). Por fim, o último programa elencado para o estudo foi o P1+2, uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) que prevê a implementação de tecnologias de captação de água para produção de alimentos e dessedentação animal no Semiárido brasileiro.

Para iniciar o debate desta seção, partimos do entendimento de que nas últimas décadas houve o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

Segundo Souza (2006), ao fazer uma revisão da literatura sobre o tema das políticas públicas, não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. A autora aponta diversas contribuições, como as de Mead (1995), Lynn (1980), Peters (1986), Dye (1984), sendo a de Laswell decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz, continua sendo a mais conhecida.

Comungamos com o conceito de Souza (2006) ao afirmar que do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. A autora conceitua política pública “como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças

no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p 26)

Partindo dessa conceituação, destaca-se que as políticas públicas atualmente implementadas no Território Sertão do São Francisco e, que de alguma forma, contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar e também para a proteção dos produtos da agrobiodiversidade são fruto de um processo histórico que culminou nos últimos tempos na diversificação das políticas públicas voltadas para o meio rural brasileiro e que enriqueceu o leque de instrumentos voltados ao desenvolvimento rural do Brasil. (LEITE e DELGADO, 2011, p.62). Pensar essa dimensão configura-se como de extrema importância para o projeto Glob, visto que foi a partir das políticas públicas para a agricultura familiar é possível garantir uma sustentabilidade da ação em longo prazo, já que as articulações das autoridades locais em torno do tema da agrobiodiversidade local devem seguir no Território como pauta sempre presente, para que a ação do Glob possa ter sustentabilidade.

Nesta seção iremos recordar brevemente as décadas de 1960 a 1990, marcos da intervenção do Estado na agricultura. Os anos 2000 marcam a reformulação de diversas políticas que estavam na agenda, inclusive 04 das que estamos indicando como as políticas presentes no Território Sertão do São Francisco.

De acordo com Delgado (2001), visando transformar o meio rural e modernizar a agricultura, inserido em uma estratégia mais ampla de desenvolvimento baseada na industrialização por substituição de importações, o Estado assumiu no período, o processo de capitalização do campo conjuntamente com o capital financeiro e industrial. No período houve, portanto, a existência de uma política setorial para a agricultura que apresentava instrumentos específicos e distinguia-se claramente da política macroeconômica. Neste caso, as transformações na agricultura foram em decorrência também da política agrícola e não meramente fruto da política macroeconômica. Até então, o setor agrícola era visto como “meramente coadjuvante” do processo de industrialização do país e existiam políticas apenas para segmentos específicos da agricultura. Esse autor destaca no período algumas ações do Estado para agricultura: Assistência técnica pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), inovações tecnológicas promovidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e garantia de seguro agrícola por meio do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).



Graziano da Silva (1999) destaca que esses instrumentos estavam articulados para impulsionar a mudança tecnológica da agricultura brasileira. Inovações mecânicas (tratores, colheitadeiras etc.), físico-químicas (adubos, agrotóxicos etc.), biológicas (plantas e sementes melhoradas) e agrônômicas (alterações no espaçamento das plantas, frequência de cultivos, especialização etc.) foram adotadas para aumentar a produção e a produtividade da agropecuária brasileira.

Em que pese os resultados positivos em termos de aumento da produção e geração de divisas, não são poucos os autores que citam o caráter triplamente seletivo deste conjunto de instrumentos de política agrícola (Delgado, 2010; Graziano da Silva, 1999, 1996; Kageyama et al., 1990). Produtos, produtores e regiões foram privilegiados neste processo. Os principais produtos favorecidos foram aqueles considerados como modernos, associados aos interesses da agroindústria e destinados à exportação ou à substituição de importações, como soja, trigo, cana-de-açúcar, café e laranja. Em relação aos produtores, foram privilegiados os grupos sociais com tradição mercantil e organizados em associações de produtores, assim como aqueles que produziam produtos de interesse ao desenvolvimento nacional, geralmente em propriedades capitalizadas localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país. Aos agricultores familiares, reconhecidos como “produtores de baixa renda”, “pequenos agricultores”, “produtores para a subsistência” couberam sobretudo consequências das políticas de modernização da agricultura, como o endividamento, o desemprego, a perda da terra, o êxodo rural e agrícola e a degradação dos recursos naturais.

Para minimizar estes resultados e buscando responder às necessidades particulares deste grupo social, durante os anos 1980 e 1990 o Estado executou programas específicos e regionalizados para os “pequenos produtores”. Dentre estes destacaram-se o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), mais tarde reformulado no Projeto Nordeste, que apresentava, dentre o conjunto de suas ações, o Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), executados com recursos do Banco Mundial.

Estes programas buscavam melhorias nas condições de produção e comercialização dos pequenos produtores, sendo suas ações aplicadas em vários domínios: geração e difusão de tecnologias, assistência técnica e extensão rural, comercialização, ações fundiárias, recursos hídricos, abastecimento, apoio às comunidades rurais etc. De modo geral, contudo, estes projetos pouco alteraram as condições estruturais que reproduziam a pobreza vivida pelas famílias rurais.

Foi somente em meados da década de 1990 que os “pequenos agricultores”, agora denominados “agricultores familiares”, tornaram-se com maior intensidade público das políticas públicas brasileiras. Até então não existiam políticas com abrangência nacional voltadas ao atendimento específico deste segmento social (Schneider, Cazella e Mattei, 2004). Como resultado do reconhecimento da agricultura familiar pelo poder público e pela sociedade, outras políticas foram elaboradas visando esta categoria social. Vale ressaltar que essa década foi implantada a proposta de redefinição do papel do Estado seguindo a linha de pensamento presente no ideário neoliberal, com a chegada de Fernando Henrique Cardoso a presidência, teve impulso o movimento de reforma do Estado brasileiro, com encolhimento das políticas sociais, inclusive as de agricultura. Apesar disso, foi nessa década que o PRONAF foi formulado, conforme já discutimos.

Schneider e Griza (2014) fazem um resgate dos anos 2000, apontando que estes se iniciam sob o efeito de uma mudança política importante, que decorre da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. De um governo identificado com os princípios do referencial global do neoliberalismo e lastreado por uma aliança política com os setores mais conservadores da política nacional, passou-se a um governo eleito com o apoio e participação de vários partidos e movimentos sociais situados mais à esquerda do espectro político sem, no entanto, deixar de contemplar ideias e interesses de grupos representantes da burguesia bancária, industrial e agrícola nacional (SCHNEIDER E GRIZA, 2014 apud MIELITZ, 2011).

As mudanças que ocorreram nas relações e no papel do Estado e da sociedade civil estão especialmente ligadas no que se refere ao direcionamento das políticas públicas, na relação com os movimentos sociais e com a sociedade civil. Surgiram novos atores que até então marginais nas arenas públicas e abriram oportunidades para a institucionalização de novas ideias para as políticas públicas.

Emergiu o tema da segurança alimentar e nutricional, mercados institucionais, crédito diferenciado, água para produção. Estes atores vinham propondo e disputando as políticas públicas desde o início dos anos 1990; no entanto, é apenas com a mudança política em 2002 que os mesmos conseguiram pautar a construção e a institucionalização das políticas públicas para a agricultura familiar com base em um novo referencial. Essa disputa foi conflituosa, porém neste trabalho não é possível aprofundar os rumos e as contradições de toda essa construção. Como foi nesse período que surgiu o PAA, PNAE, o P1+2, a retomada

da ATER é evidente que temos que considerar as últimas duas décadas como pródigas em relação à criação e execução de um amplo espectro de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar.

Para elaboração de orientações pelas políticas públicas para agricultura familiar e sobre a biodiversidade elencamos 05 (cinco) políticas criadas a partir desse período e que, segundo Delgado (2001, p.27), “representaram, em princípio, tentativas de integração da política agrícola e da política agrária, procurando levar em conta as especificidades dos segmentos empobrecidos e não integrados do campesinato e a necessidade de desenhar políticas que atendam às suas particularidades”. Essas políticas foram avaliadas a partir de metodologia específica e pode ser o caminho inicial para garantir o fortalecimento da agricultura familiar do Território Sertão do São Francisco.

A seleção levou em consideração dois elementos principais. Em primeiro lugar, as políticas devem evidenciar a grande diversidade encontrada nas políticas públicas em curso no meio rural, que tivessem como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar. Foram indicadas para a exposição as seguintes políticas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2) e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Em segundo lugar, as políticas em alguma medida devem ter relação com temas importantes do fortalecimento da agricultura familiar como: Organização e Diversificação da produção, Segurança Alimentar e Nutricional, Acesso aos Mercados, renda e sucessão geracional. Em terceiro lugar, buscaram-se políticas que apresentassem entre si distintos e diversificados processos e instrumentos de territorialização. E, em último lugar, procurou-se privilegiar políticas com papel importante no contexto do meio rural brasileiro.

As cinco políticas elencadas como ponto de partida para orientações são executadas nos municípios que compõe o Território Sertão do São Francisco. A política executada há mais tempo no Território Sertão do São Francisco é o PRONAF, datado de 1999. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é, em termos de recursos públicos, o mais importante programa voltado para o público da agricultura familiar. Trata-se de um programa de crédito voltado exclusivamente para agricultores familiares, classificados de acordo com sua receita. Surgiu como a primeira política pública diferenciada para pequenos produtores e como resultado de muita pressão popular, com destaque para o papel da Contag e do Departamento

Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT. O objetivo do programa é fortalecer a capacidade produtiva dos produtores mediante a concessão de crédito a taxas diferenciadas. As modalidades do PRONAF especificamente selecionadas nesta pesquisa são: PRONAF Semiárido, PRONAF Mais Alimentos e PRONAF B. No mesmo ano de fundação do PRONAF iniciaram-se as operações de crédito nos municípios do Território. Atualmente Banco do Nordeste e Banco do Brasil são as instituições financeiras executoras, a partir das suas diversas modalidades de financiamento.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi construída em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de Ater e a sociedade civil organizada e instituída pelo Governo Federal em 2003. Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), a Pnater foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, e considerando elementos como gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais.

O Programa Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do programa Fome Zero, que alia o combate à pobreza e à insegurança alimentar a instrumentos de inclusão social e de facilitação da comercialização de alimentos provenientes de agricultores familiares e suas organizações. A principal ideia por trás do PAA é a promoção do desenvolvimento com inclusão social por meio do desenho de políticas diferenciadas e dirigidas para segmentos da agricultura familiar. Seus públicos envolvidos no desenho do PAA normalmente são os segmentos com maior capacidade produtiva no território, mas o programa atende também mercados institucionais e grupos da sociedade em situação de insegurança. O PAA também foi formulado nacionalmente em 2003.

O Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2) - O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido da ASA. O objetivo do programa é fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos. O 1 significa terra para produção. O 2 corresponde a dois tipos de água – a potável, para consumo humano, e água para produção de alimentos. As características de solos, a formação rochosa (cristalino, sedimentar,

arenito), a localização das implementações, a lógica de produção (agricultura, pecuária, extrativismo) e as formas de manejo também são requisitos observados na escolha das famílias e no tipo de tecnologia que mais se adequa a sua realidade.

O P1+2 foi formulado em 2005 sob a responsabilidade do MDS em nível federal, mas também é desenvolvido pelos Governos Estaduais, sendo a execução direta nos municípios realizada através das organizações da sociedade civil que implementam na base o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). A participação da sociedade civil na gestão e controle social ocorre por meio das Comissões Municipais da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) em cada município.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (de acordo com o Artigo 14). A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. As escolas poderão complementar a demanda entre agricultores do território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade. A Lei é regulamentada pela Resolução nº 26, do Conselho Deliberativo do FNDE, que descreve os procedimentos operacionais que devem ser observados para venda dos produtos oriundos da agricultura familiar às Entidades Executoras. A produção de agricultores familiares, prioritariamente assentados de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, agora serão adquiridas para a alimentação escolar.



## 4. BIODIVERSIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR: RELAÇÕES E INTERESSES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O termo biodiversidade significa a diversidade de formas de vida e é proveniente da contração da palavra diversidade biológica (*biological diversity*). Engloba todos os níveis de variação natural, do nível molecular e genético até o nível das espécies. No entanto, o espectro de abrangência do conceito é muito amplo e existem dúvidas em torno do seu sentido exato. Para um trabalho desenvolvido no âmbito da agricultura familiar, é possível considerar que os sistemas agroecológicos enfatizam a conservação e regeneração da biodiversidade.

Na agricultura familiar de base agroecológica, fortalecer a biodiversidade é a chave da estratégia para trazer sustentabilidade à produção. A riqueza de espécies do componente biótico desses agroecossistemas é comparável a muitos ecossistemas naturais. No manejo orgânico ocorre uma maior riqueza de espécies, gêneros e famílias de espécies espontâneas do que com manejo convencional. Nesses sistemas agrícolas, além da produção de alimentos, fibras, combustíveis e renda, a biodiversidade fornece serviços ambientais. São exemplos desses serviços a reciclagem de nutrientes, controle do microclima local, regulação do processo hidrológico local, regulação da abundância de organismos indesejáveis e eliminação de agrotóxicos (ALTIERI, 2004).

Em muitos sistemas agroecológicos, a biodiversidade não é mantida somente nas áreas cultivadas. Muitos agricultores familiares que adotam esses sistemas conservam parcela de vegetação natural próxima das suas plantações. Esses agricultores podem ser vistos como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, desempenham a função de conservadores da biodiversidade (SACHS, 2001).

Nesse sentido, a biodiversidade é essencial para a sustentabilidade da agricultura familiar. Esta sustentabilidade pode ser encontrada na própria estratégia dos agricultores de minimizar os riscos plantando várias espécies e variedades agrícolas que estabilizam a produção ao longo do tempo, promovem a diversidade alimentícia e maximizam os retornos sob baixos níveis de tecnologia e recursos limitados. A agroecologia e a agrofloresta têm sido apresentadas como modelos viáveis para a agricultura familiar pelo

fato de se constituírem na forma de exploração dos recursos naturais que mais se adequam à realidade da produção com base familiar. Um dos mais importantes princípios agroecológicos a ser observado para a manutenção da capacidade produtiva e suficiente do agrossistema é a conservação da biodiversidade (ALTIERI, 2002), uma vez que exige a atuação de comunidades de plantas e animais junto ao seu ambiente físico e químico para a produção de alimentos. Nesse aspecto, a diversidade de espécies é de grande importância. A agrofloresta pode ser considerada como uma abordagem integrada para conservação da biodiversidade.

Os sistemas agroflorestais tradicionais nos trópicos normalmente possuem acima de 100 espécies de plantas anuais e perenes por hectare (ALTIERI, 2004). Atualmente, em diversas partes do mundo, governos têm apoiado estratégias voltadas para práticas agroecológicas envolvendo o manejo da biodiversidade agrícola e a implantação de sistemas agroflorestais que buscam garantir o autoconsumo por parte de populações rurais mais pobres e a produção de excedentes comercializáveis.

No Brasil, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado pelo Governo Federal em 1996, pode ser visto como uma dessas iniciativas. Tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído por agricultores familiares e opera na forma de concessão de crédito subsidiado para investimento e custeio. Além das linhas de financiamento convencionais, o agricultor familiar dispõe de linhas especiais de apoio aos produtos da biodiversidade: o Pronaf-Agroecologia, Pronaf Semiárido e o Pronaf-Floresta.

Além do PRONAF alguns projetos e programas que elencamos abaixo, vem contribuindo para a conservação da biodiversidade a partir do fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, Bahia e consequentemente no Território Sertão do São Francisco. Estes precisam ser avaliados no Território Sertão do São Francisco para compreender em que medida vem colaborando para a proteção da biodiversidade dos produtos da agricultura familiar elencados no âmbito do Glob.

#### 4.1 Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar (PEEAF)

O PEEAF é um Programa de Educação Ambiental elaborado especificamente para o público envolvido com a agricultura familiar. Por meio do desenvolvimento de ações educativas, busca-se a construção coletiva de



estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural. Sua implementação se dá por meio do conjunto de instituições governamentais e não-governamentais ligadas à essa temática, com vistas à adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais.

O PEAAF é fruto da reivindicação dos movimentos de agricultores e agricultoras familiares ao Governo Federal, realizada no Grito da Terra 2009 e outras manifestações, que apontaram a fragilidade da Educação Ambiental no contexto rural. Desde então, sua elaboração e aperfeiçoamento têm sido realizados de forma contínua e participativa, por meio do diálogo com sujeitos sociais atuantes no setor.

O PEAAF é a materialização da contribuição da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) a essa demanda socioambiental e vem a colaborar com um conjunto de ações que o Governo Federal tem implementado para melhorar a qualidade de vida no campo. O PEAAF é implementado pela SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e no Território é implementado através do INEMA. A ação envolve oficinas, seminários e ações educativas para agricultores e agricultoras.

## 4.2 Programa Cisternas nas Escolas

O Projeto Cisternas nas Escolas é uma Ação da Articulação no Semiárido Brasileiro com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS) e Ministério da Educação (MEC), tem como objetivo levar água para as escolas rurais do Semiárido, utilizando a cisterna de 52 mil litros como tecnologia social para armazenamento da água de chuva. A chegada da água na escola tem um significado especial porque possibilita o pleno funcionamento deste espaço de aprendizado e convivência mesmo nos períodos mais secos.

O projeto abrange escolas dos nove estados do Semiárido (PE, PB, AL, SE, BA, CE, RN, PI e MG) que não têm acesso à água e que foram mapeadas pelo Governo Federal. Essa lista inclui as escolas localizadas em aldeias indígenas e comunidades quilombolas, que devem ser priorizadas nas ações do Cisternas nas Escolas. É executado na Bahia por diversas organizações da sociedade civil, na qual o IRPPA é o gestor para o Território Sertão do São Francisco.

A ação coaduna com a perspectiva do IRPPA de promover uma educação no Semiárido brasileiro condizente para a melhoria das condições de vida da população, onde debate que o enfoque educacional precisa

transformar a velha ideia de que a grande desigualdade social aqui existente resulta do clima (ou melhor, das secas...), como sempre se acostumou a ouvir. Nesse sentido, o Projeto Cisternas nas Escolas que realiza a ação de disponibilizar água e formação pedagógica para educadores que atuam com as crianças das escolas rurais em diversas comunidades dos municípios do Território, consegue fazer a interconexão da educação básica das crianças com a convivência com o Semiárido, portanto, com a proteção da biodiversidade.

### 4.3 Programa Sementes do Semiárido

O Projeto Sementes do Semiárido é uma realização da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no âmbito do Programa Brasil Agroecológico – Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia (Planapo).

O projeto tem por objetivo implantar em comunidade rurais casas de sementes visando resgatar, preservar e multiplicar as sementes crioulas. Serão criadas cerca de 600 casas de sementes nos estados da Bahia, Minas Gerais, Sergipe, Ceará, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba, executado por de 22 organizações em todo semiárido brasileiro, beneficiando 12 mil famílias.

No Território Sertão do São Francisco a atuação do projeto que colabora para a proteção da Biodiversidade é realizada pelo SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais em parceria com o IRPPA.

### 4.4 ATER Transição para Agroecologia

A Ação de Assistência Técnica e Extensão Rural de Transição para Agroecologia é uma ação do Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiaater).

No Território Sertão do São Francisco, o IRPAA é a entidade gestora, já que venceu o edital disponibilizado para prestar serviço nos municípios de Juazeiro, Casa Nova, Sento Sé, Curaçá, Canudos, Uauá e Sobradinho para 2.880 famílias. O projeto pretende criar um ciclo de Ater para a Convivência com o Semiárido ao longo de mais três anos.

#### 4.5 Projeto Bahia Produtiva

É um projeto estadual de ações voltadas para redução da pobreza e inclusão socioprodutiva no estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR).

O Bahia Produtiva é uma ação para potencializar as cadeias produtivas da agricultura familiar no Estado como apicultura e meliponicultura, pesca e aquicultura, fruticultura, caprinovinocultura, oleaginosa, bovinocultura de leite, mandiocultura e resíduos sólidos, além dos subprojetos do componente socioambiental. Os subprojetos a serem financiados são de iniciativa das Associações e Cooperativas comunitárias e serão executados de forma direta com o monitoramento da CAR. No âmbito da proteção da biodiversidade o projeto colabora para ações de fomento aos produtos da agrobiodiversidade mapeados, bem como no componente Socioambiental para a implantação de projetos ambientais a exemplo de quintais agroflorestais. O Território Sertão do São Francisco vem participando ativamente.

Com relação à cadeia produtiva da aquicultura e pesca, o Edital 006/2016, onde a CAR está selecionando propostas para fomento, foi possível mapear empreendimentos que participam do Glob e que estão concorrendo a recursos para potencializar as ações de proteção do produto oriundo da pesca artesanal. Abaixo descrevemos as associações que estão concorrendo no Bahia Produtiva, classificadas para a etapa de visitas de campo:

<b>Quadro 01 – Associações e Cooperativas classificadas para visitas de campo no Edital 06/2016 (Aquicultura e Pesca) Projeto Bahia Produtiva</b>	
<b>MUNICIPIO</b>	<b>PROPONENTE</b>
Casa Nova	ASSOCIAÇÃO PESCADORES E APICULTORES CASA NOVA
Casa Nova	COLÔNIA DE PESCADORES Z - 42 DE CASA NOVA BA
Curaçá	ASSOCIACAO DE PRODUTORES RURAIS E PESCADORES INDIGENAS TUMBALALA DA ALDEIA MISSAO VELHA
Juazeiro	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE LAGOA DO CURRALINHO
Pilão Arcado	COLONIA DE PESCADORES Z-49 DE PILAO ARCADO
Remanso	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORAS E PESCADORES DE REMANSO
Remanso	COLONIA DE PESCADORES Z 41
Sento Sé	COLONIA DE PESCADORES Z-43 DO MUNICÍPIO DE SENTO SÉ
Sobradinho	COOPERATIVA DE BENEFICIAMENTO DE DEFUMADOS DE PEIXES, CARNES E AVES DE SOBRADINHO
Sobradinho	ASSOCIACAO DOS CRIADORES DE PEIXES DE SOBRADINHO

Sobradinho	ASSOCIACAO DOS AQUICULTORES E PISCICULTORES DO RIO SAO FRANCISCO AQUIPERSF
Sobradinho	COLONIA DOS PESCADORES Z 026
Sobradinho	ASSOCIACAO AGRICOLA NOVA UNIAO
Sobradinho	ASSOCIACAO DOS PISCICULTORES E AGRICULTORES DE SOBRADINHO
<i>Fonte: Projeto Bahia Produtiva – SDR/CAR</i>	

## 4.6 Projeto Pró-Semiárido

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Semiárida da Bahia (Pró-Semiárido) objetiva atender a população pobre do meio rural, incluindo agricultores familiares, quilombolas, indígenas e assentados de reforma agrária é executado pela SDR e CAR em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), para viabilizar o início das atividades.

A sua área de atuação se concentrará no Semiárido, contemplando 30 municípios do estado, situados em cinco Territórios de Identidade, garantindo a geração de empregos e ampliação dos serviços de assistência técnica, entre outras ações. O Território do Sertão do São Francisco é contemplado pela ação visto que atendeu os critérios usados na seleção (municípios situados no Semiárido, com elevado grau de pobreza no meio rural, registrando IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – muito baixos, e considerando o IES – Índice de Exclusão Social). A execução fica a cargo da CAR Regional.

As ações apoiam iniciativas de cunho econômico especialmente as cadeias produtivas do mel, mandioca, umbu, liicuri, caprinovinocultura e caju, no intuito de contribuir para a redução da pobreza rural através do desenvolvimento sustentável da produção, da geração de emprego e renda em atividades agropecuárias e não agropecuárias, e o desenvolvimento do capital humano e social.

O Pró-Semiárido atua em 07 (sete) municípios do Território Sertão do Sãa Francisco (Casa Nova, Curaça, Juazeiro, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá).

## 5. PROPOSTA METODOLÓGICA: CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este tópico propõe um roteiro metodológico de avaliação da contribuição das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, que pode ser aplicado no Território Sertão do São Francisco pelos gestores de políticas públicas, afim de compreender se as políticas atualmente implementadas pelo Estado brasileiro impacta na vida das famílias no que se refere ao fortalecimento e sustentabilidade da agricultura familiar a partir das pessoas envolvidas, bem como contribuem para o fortalecimento das comunidades rurais. Nesse sentido, foi traçado um roteiro já testado no Território de Irecê, também localizado no semiárido baiano, a partir de pesquisa científica no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: cultura, desigualdades e desenvolvimento da Universidade do Recôncavo da Bahia, com apoio do Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (NEAF), Núcleo de Pesquisas e Extensão do Território de Irecê (NEDET), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e analisa as contribuições das políticas públicas já desenvolvidas no Brasil como o PRONAF, PAA, PNAE, PNATER e P1+2 para o fortalecimento da agricultura familiar, a partir de indicadores pré-estabelecidos, com o objetivo de verificar se de fato houve mudanças na produção, segurança alimentar, acesso a mercados, renda e sucessão geracional de forma a garantir sustentabilidade social e ambiental.

A metodologia indica o cruzamento de dados para indicar entre as políticas selecionadas em que medida estas contribuíram para a melhoria dos indicadores e, a partir disso, é traçado um índice de contribuição, com escala específica, que demonstra a partir dos indicadores o grau de fortalecimento dessas comunidades, para organizar as informações e apoiar os gestores das políticas públicas na melhoria da implementação, bem como na formulação de novas políticas. A partir do processo metodológico adotado, define-se os 05 indicadores e suas respectivas variáveis para analisar o nível de contribuição. O grau de contribuição e o caminho para chegar será exposto no próximo tópico, quando da explanação sobre o caminho metodológico.

Para avaliar políticas públicas é necessário formular indicadores específicos: Nesta proposta metodológica são considerados 05 indicadores.



O Indicador de Produção é o primeiro a ser traçado, por entender que o fortalecimento da agricultura familiar depende, em parte, das atividades agrícolas que ocorrem no interior da UPF. Assim, este é composto por variáveis que identificaram o principal produto da UPF, o comportamento da produção desse produto após o acesso à política, a diversificação da UPF com vistas à sustentabilidade e o a possível variação na diversidade produzida após o acesso às políticas. Com os resultados dessa análise é possível avaliar qual política mais contribuiu para esse indicador, bem como as especificidades da produção e diversificação para o conjunto dos indicadores e da situação das UPF's estudadas.

Para construir esse referencial, a metodologia parte do entendimento de Wanderley (1997) ao afirmar que a produção aliada a diversificação das atividades produtivas são estratégias frequentemente adotada pelos agricultores familiares, que fortalecem sua atividade. O esforço da diversificação destina-se não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas igualmente a garantir o autoconsumo, melhorando os índices de segurança alimentar e nutricional. A diversificação pode ser considerada uma condição indispensável à sobrevivência e à competitividade das unidades produtivas, na medida em que garante a biodiversidade, promove o mercado de trabalho mantendo a população, cria riqueza por meio de novas oportunidades de negócio e gera dinâmicas em torno de agentes de desenvolvimento local.

A produção e diversificação configura-se, portanto, como uma possível alternativa capaz de proporcionar meios para elevar as vantagens relativas de áreas rurais, garantindo a biodiversidade e ampliando o mercado de trabalho. Com relação às políticas públicas destinadas a fortalecer a agricultura familiar, como é o caso da proposta para estudo de políticas em andamento no Brasil e no Território Sertão do São Francisco, faz-necessário identificar o nível dos resultados que elas estão produzindo para a diversificação e produção sustentável na agricultura familiar.

O Indicador de Segurança Alimentar e Nutricional, também é de extrema importância para estudos que pretendem entender o nível de fortalecimento da agricultura familiar e a sustentabilidade da mesma nos Territórios, visto sua importância na reprodução da vida das famílias. Para isso foram criadas variáveis para identificar a origem da aquisição da base alimentar da família, a regularidade do consumo de produtos oriundos da agricultura familiar, a produção dos alimentos com qualidade, ou seja, sem utilização de agroquímicos e as mudanças no comportamento do consumo dos produtos da UPF após o acesso à política.



Durante a construção das variáveis, é necessário definir-se o que se entende por segurança alimentar e nutricional. Neste sentido, para este roteiro metodológico, entende-se segurança alimentar a partir da definição brasileira que foi enviada à Cúpula Mundial de Alimentação de 1996, a qual é citada por Maluf (2001). Esta definição é bastante ampla e completa por trazer em seu corpo conceitual, tanto o princípio do acesso permanente dos indivíduos aos alimentos, a questão das quantidades suficientes e permanente destes, a esfera da qualidade alimentar e nutricional e a das práticas alimentares saudáveis, que são as principais dimensões constitutivas do conceito de segurança alimentar. Assim, de acordo com esta definição:

*[...] segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna num contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (MALUF, 2001, p. 147).*

É este conceito que se utiliza para analisar e definir o indicador de segurança alimentar e nutricional, que contribui para o fortalecimento da agricultura familiar no presente roteiro de estudo. A agricultura familiar no Brasil, hoje, produz a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos Brasileiros. Segundo levantamentos feitos cerca de 70 por cento dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras são produzidas na pequena propriedade rural familiar. Por conta disso a agricultura familiar tem cada vez mais importância para a garantia da soberania alimentar das populações rurais e urbanas.

O Indicador de Renda foi construído para analisar o fortalecimento da agricultura familiar a partir da dimensão econômica. Assim, foram criadas variáveis para identificar a origem das rendas totais das famílias residentes nas UPF's, o volume da renda total e da renda agrícola mensal das famílias e detectar se esse volume aumentou após o acesso às políticas em estudo.

A composição das rendas conforme trabalhado nesta pesquisa está ligada a ideia de diversificação rural, caracterizada como pluriatividade que, de acordo com Graziano (1992), é considerada a nova base da agricultura moderna, uma vez que considera fundamental a criação de um novo conjunto de políticas não-agrícolas para impulsionar o desenvolvimento das áreas rurais, proporcionando condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem a necessidade de migrar para as cidades. A agricultura familiar tem a

capacidade de combinar atividade agrícola e não agrícolas na busca de alguma para garantir a melhoria da qualidade de vida das famílias.

Nesse sentido, o conjunto de políticas públicas que visam fortalecer a agricultura familiar deve garantir resultados específicos para a melhoria das rendas das famílias, já que a diversificação na composição da renda dos agricultores familiares fortalece a própria agricultura familiar.

O Indicador de Acesso a Mercados pretende analisar a comercialização dos produtos da UPF, como um momento em que o agricultor fecha o ciclo produtivo, para isso foi pensado em detectar o total da produção destinado para a comercialização; as principais formas de comercialização dos produtos da UPF e as mudanças ocorridas nessas maneiras de comercializar os produtos após o acesso às políticas. Vale ressaltar que para essa pesquisa, quanto maior a diversidade de canais de comercialização, mais sustentável é a agricultura desenvolvida na UPF. As políticas para agricultura familiar devem, portanto, considerar esse componente.

A construção de estratégias para a comercialização para fortalecer a agricultura Familiar é um desafio, principalmente considerando que o acesso a mercados é algo complexo que envolve diferentes elementos da dinâmica do processo. É na venda que o agricultor familiar transforma o fruto de todo seu trabalho nos recursos financeiros de que precisa para viver. O hábito de cultivar produtos básicos para a manutenção da família e vender o excedente é uma prática comum no Território em estudo e, por isso, o indicador analisou como as famílias vem realizando a comercialização e como as políticas públicas contribuíram para a melhoria dos processos de acesso a mercados.

O último indicador, o de Sucessão Geracional, foi construído a partir do entendimento de que a sucessão é a real possibilidade de reprodução da agricultura familiar enquanto categoria. Por isso, as políticas públicas que visam o fortalecimento da agricultura familiar devem apresentar resultados para esse fim. Dessa forma, na metodologia de análise são construídas variáveis para identificar a quantidade de filhos que já trabalham na UPF, a expectativa sobre a sucessão na gestão da UPF e também de quem fará essa sucessão, para no final identificar se as políticas estão contribuindo para a permanência dos filhos na agricultura familiar.

Levou-se em contra o conceito de sucessão geracional na unidade de produção familiar agrícola a partir da abordagem de Gasson e Errington, (1993), para os quais a sucessão nos estabelecimentos agropecuários familiares envolve, necessariamente, a formação de novas gerações de agricultores e inclui a passagem das responsabilidades sobre o negócio, do poder e da capacidade de utilização do patrimônio para a geração seguinte, assim como a qualificação necessária para a integração dos novos agricultores num mercado competitivo, a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes (através do processo de sucessão patrimonial, com base na escolha de um entre os possíveis herdeiros, a aposentadoria da geração atual e a transmissão de responsabilidades e do poder sobre os ativos que compõem a unidade produtiva para a geração seguinte. (GASSON & ERRINGTON, 1993 apud Weisheimer, 2009, p. 24).

Dessa forma, a partir dos indicadores acima, é possível proceder a uma análise de políticas públicas implementadas pelo Governo nas comunidades rurais. Na aplicação do roteiro metodológico no Território de Irecê foram eleitas as políticas P1+2, PAA, PNATER, PNAE e PRONAF, com o intuito de identificar as contribuições para o fortalecimento da agricultura familiar. A metodologia utilizada para o cálculo dos índices está descrita na sequência deste relatório.

Quadro 02 – Indicadores e variáveis para análise		
INDICADORES	VARIÁVEIS	
Produção	1. Principal produto da UPF e o volume da sua produção na última safra	
	2 Produção do principal produto após o acesso à política	
	3 Diversidade da produção e criação na UPF	
	4 Diversificação dos produtos na UPF após o acesso à política	
Segurança Alimentar e Nutricional	5. Origem da aquisição da base alimentar da família	
	6. Regularidade do consumo dos produtos da UPF, sendo eles beneficiados ou não	

	7. Utilização de adubos e/ou defensivos químicos nos produtos da UPF que são consumidos
	8. Consumo de produtos da UPF após o acesso à política
Acesso a mercados	9. Tipo de comercialização dos produtos da UPF
	10. Total da produção destinado para a comercialização
	11. Principal forma de comercialização dos produtos da UPF, antes de acessar a política pública
	12. Formas de comercialização dos produtos da UPF
Renda	13. Origem da renda de sua família
	14. Volume da renda total da família mensalmente
	15. Volume da renda agrícola mensal da família
	16. Volume da renda agrícola após o acesso à política
Sucessão Geracional	17. Quantidade de filhos que trabalham na UPF
	18. Expectativa sobre a sucessão na gestão da UPF
	19. Expectativa de quem fará a sucessão
	20. Interferência da política para permanência dos filhos na agricultura familiar
Fonte: MOTA, 2015, p.37	

Para viabilizar a análise torna-se necessária a adequação das algumas variáveis acima descritas para criação de uma escala para efetuar cálculos e chegar-se ao índice. No quadro abaixo, foram determinadas as escalas para cada uma das variáveis:

### Quadro 03 – Indicadores e variáveis para análise com pesos e medidas

#### INDICADOR DE PRODUÇÃO

VARIÁVEL	ESCALA
<b>P01</b> – Soma das quantidades do principal item produzido	1 – até 1.000 un
	2 – 1.001 a 2.000 um
	3 – 2.001 a 3.000 um
	4 – 3.001 a 4.000 um
	5 – Acima de 4.000 um
<b>V02</b> – Variação da quantidade produzida do principal item	1 – Diminuiu
	2 – Não Variou
	3 – Aumentou
<b>P03</b> – Soma da quantidade de variedades produzidas	1 – até 3 variedades
	2 – 4 a 6 variedades
	3 – 7 a 9 variedades
	4 – 10 a 12 variedades
	5 – Acima de 12 variedades
<b>V04</b> – Variação da quantidade de variedades produzidas;	1 – Diminuiu
	2 – Não Variou

	3 – Aumentou
<b>INDICADOR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</b>	
<b>S05</b> – Situação de aquisição da base alimentar	1 – Totalmente fora da UPF
	2 – UPF e compras fora, sendo maior quantidade compra
	3 – UPF e compras fora, meio a meio
	4 – UPF e compras fora, sendo maior quantidade da UPF
	5 – Totalmente na UPF
<b>S06</b> – Regularidade do consumo de produtos da UPF	Diariamente – 04 pontos
	Semanalmente – 03 pontos
	De vez em quando – 02 pontos
	Nunca – 01 ponto
	A soma da pontuação representa o score.
	1 – até 10 pontos
	2 – 11 a 20 pontos
	3 – 21 a 30 pontos
	4 – 31 a 40 pontos
	5 – Acima de 40 pontos
<b>S07</b> – Uso de defensivos	1 – Sempre utiliza

	2 – Às vezes utiliza
	3 – Utilizou uma única vez
	4 – Nunca utilizou
<b>V08</b> – Variação do consumo da família	1 – Diminuiu o consumo de itens da UPF
	2 – Não mudou nada
	3 – Aumentou o consumo de itens da UPF
<b>INDICADOR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</b>	
<b>M09</b> – Algum produto é comercializado	1 – Não
	2 – Sim
<b>M10</b> – Parte da produção que é comercializada	1 – Nada
	2 – Menor parte
	3 – Maior parte
	4 – Tudo
<b>M11</b> – Soma das principais formas de comercialização depois do acesso à Política	0 a 7 formas
	0 – Nenhuma forma
	7 – 07 formas
<b>M12</b> – Soma das principais formas de comercialização antes do acesso à Política	0 a 7 formas
	0 – Nenhuma forma



	7 – 07 formas
<b>INDICADOR DE RENDA</b>	
<b>R13</b> – Soma das fontes de origens da Renda	0 a 6 fontes
	0 – Nenhuma fonte
	6 – 06 fontes
<b>R14</b> – Volume da Renda Familiar mensal	1 – Até 1/2 Salário
	2 – Mais que 1/2 até 01 Salário
	3 – Exatamente 01 Salário
	4 – Mais que 01 até 03 Salários
	5 – Mais que 03 até 05 Salários
	6 – Acima de 05 Salários
<b>R15</b> – Volume da Renda Agrícola	1 – Até R\$1.000,00
	2 – Mais que R\$1.000,00 até R\$3.000,00
	3 – Mais que R\$3.000,00 até R\$5.000,00
	4 – Mais que R\$5.000,00 até R\$10.000,00
	5 – Mais que R\$10.000,00 até R\$20.000,00
	6 – Acima de R\$20.000,00
<b>V16</b> – Variação da Renda Familiar	1 – Diminuiu

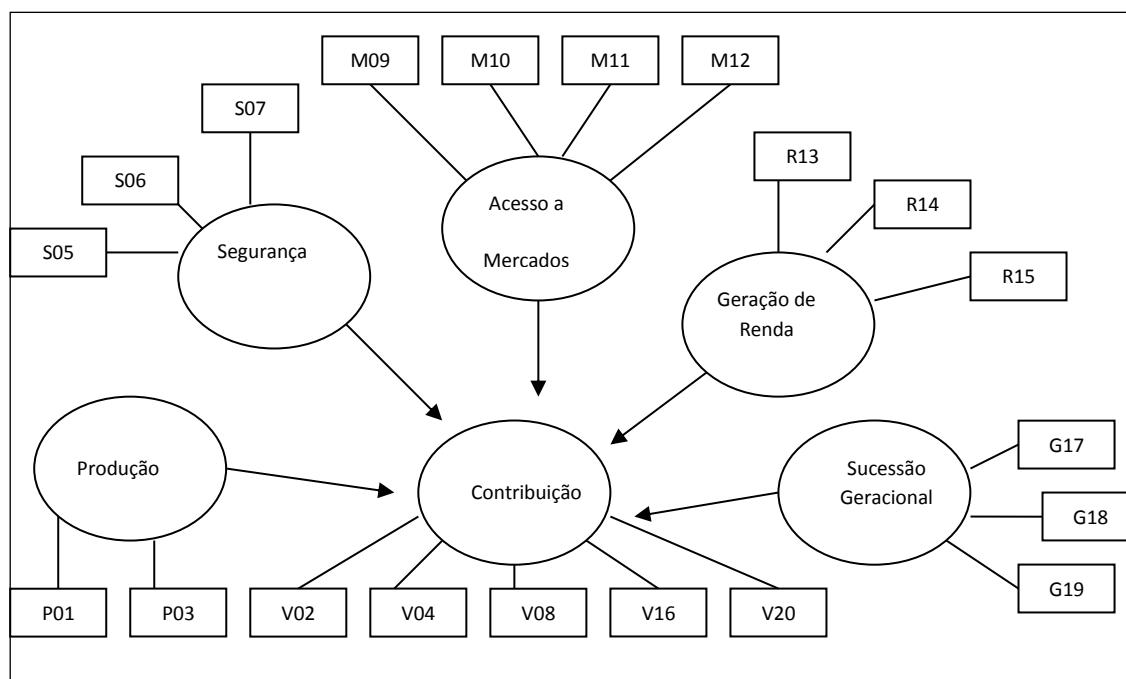
	2 – Não Variou
	3 – Aumentou
<b>INDICADOR DE SUCESSÃO GERACIONAL</b>	
<b>G17</b> – Quantidade de filhos na UPF	Escala: 0 a 9 formas
	0 – Nenhum filho
	9 – 09 filhos
<b>G18</b> – Expectativa sobre a sucessão na gestão	1 – Ninguém ficará e não sabe o que fazer com a propriedade
	2 – A propriedade será vendida
	3 – A propriedade será arrendada
	4 – Não sabe se alguém ficará
	5 – Não sabe quem ficará, mas um ficará
	6 – Já foi definido
<b>G19</b> – Sucessor	1 – Filho homem ou mulher
	2 – Ambos
<b>V20</b> – Variação da permanência dos filhos	1 – Diminuiu
	2 – Não Variou
	3 – Aumentou
Fonte: KR Pesquisas/NEDET/CNPQ/MDA e NEAF/UFRB 2015	

Após isso, é adotado o método do Diagrama de caminhos ou Diagrama de trajetos, que possibilita uma visualização gráfica equivalente à representação matemática das equações a serem utilizadas. As linhas representam os caminhos e suas relações, os retângulos são os indicadores de medição e os construtos estão representados pelos círculos.

Para uma análise quantitativa apropriada dos dados é necessária uma preparação da base de dados. Nesta etapa é preciso analisar as inconsistências dos dados e avaliar os impactos dos dados perdidos, ou omissos (missing data) e atípicos (outliers) além de testar suposições inerentes à maioria das técnicas univariadas e multivariadas. Durante a análise multivariada utiliza-se a Estatística Descritiva com médias, desvio padrão, além das frequências absolutas e relativas.

Outro aspecto a ser observado na análise a partir da metodologia aqui proposta é observar na inspeção inicial (durante a análise de dados) a suposição do processo estatístico que com testes paramétricos, já que esse modelo de pesquisa envolve amostragem e aconselha-se aplicar seus procedimentos baseados na distribuição normal. As hipóteses fundamentais a serem respeitadas para um resultado credível são: Dados com distribuição normal (teste de normalidade); Kolmogorov-Smirnov; Variância homogênea (teste de homoscedasticidade); MANOVA; Dados métricos (teste da linearidade); Matriz de correlação de Pearson e; Dados independentes (teste de colinearidade e multicolinearidade) e Matriz de correlação de Pearson. Os respectivos cálculos encontram-se nos apêndices deste trabalho.

*Tabella 1: Diagrama de caminhos para execução da análise de dados de políticas públicas*



*Fonte: KR Pesquisas/NEDET/CNPQ/MDA e NEAF/UFRB 2015*

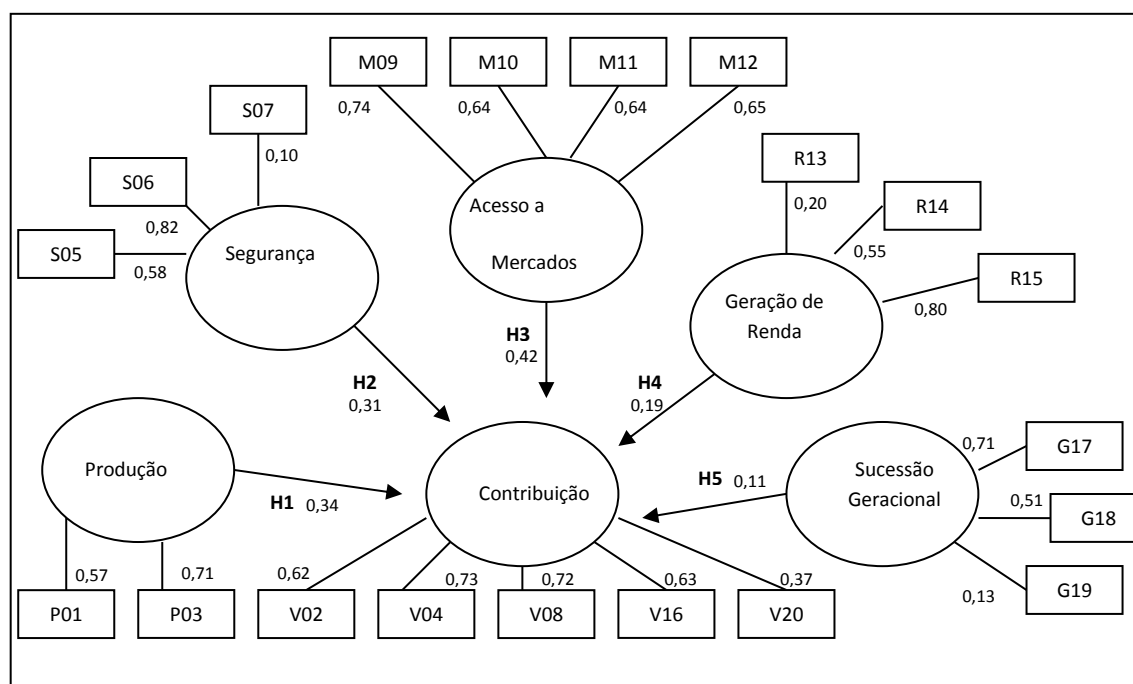
Na sequência é necessário realizar uma análise fatorial, método onde um dos pré-requisitos para é a esferasticidade (onde testa a hipótese de que as variáveis não sejam correlacionadas na população) que é testada através do teste de Bartlett e KMO (índice que avalia a adequacidade da análise fatorial). A análise fatorial corresponde a um grande número de métodos e técnicas que utilizam simultaneamente todas as variáveis na interpretação teórica do conjunto de dados obtidos.

As etapas para a realização da análise fatorial utilizada no estudo no Território de Irecê foram: Avaliação de Comunalidades, Extração de Fatores, Matriz de Cargas fatoriais, Rotação e Correlação entre os fatores. O caminho seguido na referida pesquisa está descrito na figura do diagrama de caminhos abaixo (Figura 02), onde os valores ao lado das setas indicam as estimativas paramétricas estruturais resultantes completamente padronizadas. Foi seguido os indicadores apontados no início deste trabalho.

Ao final do processo é necessário aplicar o modelo baseado em Método de Equações Estruturais, onde “pi”, indica-se pesos calculados para os indicadores criados, “xi” é o valor médio obtido para cada indicador,

“Min(xi)” é o valor mínimo obtido da escala correspondente e “Max(xi)” é o valor máximo da escala correspondente.

*Tabella 2: Diagrama de caminhos com pesos fatoriais da pesquisa realizada no Território de Irecê*



Fonte: KR Pesquisas/NEDET/CNPQ/MDA e NEAF/UFRB 2015

*Tabella 3: Fórmula de Equação Estrutural adotada*

$$\text{Índice} = \frac{\sum p_i \cdot \bar{x}_i - \sum p_i \cdot \text{Min}(x_i)}{\sum p_i \cdot \text{Max}(x_i) - \sum p_i \cdot \text{Min}(x_i)} \times 100$$

Fonte: KR Pesquisas/NEDET/CNPQ/MDA e NEAF/UFRB 2015

A partir desta fórmula é extraído as faixas dos índices de contribuição das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. A criação do índice (Quadro 03) foi possível analisar a contribuição de

cada política e realizar as interpretações sobre a importância das políticas para o fortalecimento da agricultura familiar no Território de Irecê. A partir desta metodologia é possível fazer a avaliação no Território Sertão do São Francisco, ou mesmo em outros Territórios Rurais, onde prevalece a agricultura familiar como categoria de trabalho das famílias que vivem nas áreas rurais, bem como onde essas políticas públicas exemplo do modelo aplicado no Território de Irecê também estão sendo implementadas pelos gestores das políticas públicas.

**Quadro 04 – Índice de contribuição das políticas e seu desempenho**

FAIXA DO ÍNDICE	DESEMPENHO
81 a 100	Contribuição muito satisfatória
61 a 80	Contribuição satisfatória
41 a 60	Contribuição razoável
21 a 40	Contribuição insatisfatória
0 a 20	Contribuição muito insatisfatória

*Fonte: KR Pesquisas/NEDET/CNPQ/MDA e NEAF/UFRB 2015*

Os resultados decorrentes da análise estão dispostos no trabalho indicado nas referências deste relatório. Especificamente os resultados sobre as faixas de contribuição das políticas para agricultura familiar e as políticas que apresentaram os melhores e piores índices é possível verificar no tópico 5.6 do Capítulo 5 do referente trabalho. O questionário aplicado junto aos agricultores está no anexo deste relatório, a título de demonstração das possibilidades de construção de um roteiro semelhante, já que o método testado obteve resultados consistentes que vem auxiliando os atores locais daquele território na interpretação dos resultados das políticas públicas e embasamento para formulação de acordos de cooperação para melhoria da implementação, formulação de novas propostas e desencadeamento de novas atividades.



## 6. RECOMENDAÇÕES PARA O PROJETO GLOB

Garantir um conjunto de informações acerca das políticas públicas para a agricultura familiar com interface com a biodiversidade foi o intuito deste relatório que coteia orientações sobre as políticas já implementadas no Território Sertão do São Francisco e algumas ações de projetos executados, de modo que as autoridades locais, bem como todos os participantes do Glob possam de posse deste documento realizar proposições numa perspectiva da sustentabilidade da ação do projeto no Território Sertão do São Francisco.

Dessa forma, podemos concluir que o fortalecimento da agricultura familiar e a proteção da biodiversidade dependem em grande medida das políticas públicas que garantem esse fortalecimento e coadunam com a proposta teórico-prática de desenvolvimento sustentável. A partir das informações sistematizadas neste documento pudemos claramente perceber que as políticas existem, estão acontecendo, estão contribuindo de forma setorial no Território em questão, cada caso diferenciado, mas a concussão de sua contribuição efetiva para o fortalecimento da agricultura familiar necessita de maior aprofundamento e levantamento de dados empíricos suficientes, de modo que ao ter resultados neste nível os gestores das políticas possam intervir para garantir os resultados, ou mesmo, aperfeiçoá-los caso já existam.

Então, seguindo o roteiro pré-estabelecido, ou seja, garantir algumas recomendações para o Glob, o Documento propõe:

### 6.1 Incentivar a transversalidade das políticas

A primeira recomendação é o incentivo para que a execução de uma política pública, que tenha como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, deve ser, sempre que possível, instruída de forma a se associar com outras políticas ou programas da mesma natureza. A transversalidade da política garante que os resultados possam ser dinamizados, que os seus beneficiários possam ter ganhos com a associação dos desempenhos das variadas iniciativas que participa. São políticas públicas complementares, que dão aos beneficiários resultados que, juntos, se dinamizam. O Projeto Glob, atento a essa questão, deve incentivar iniciativas que permitam os gestores das políticas públicas e programas compreenderem a importância de trabalhar ações de refletir formas de interação das ações e atividades que são responsáveis.

## 6.2 Assegurar ambientes de controle social

Para o aperfeiçoamento das políticas públicas que trata esse Documento, é preciso assegurar o fortalecimento das suas instâncias de controle social. Ambientes onde possa se estabelecer a interação entre os diversos *stakeholders*, com a finalidade de discutir a forma de acesso, as dificuldades nesse processo, a incrementação de novas iniciativas etc.

Os ambientes de controle social são instituídos e normatizados pelos órgãos competentes pela execução de cada política pública e programa. Contudo, a formalidade da instalação dessa instância não garante a efetividade do seu objetivo. Além disso, a maioria dessas instancias não tem financiamento garantido para o seu regular funcionamento. Dito isso, pode o Projeto Glob eleger uma instância dessa natureza e assegurar o seu regular funcionamento, inclusive garantindo a formação dos seus agentes (da sociedade civil e do poder público).

## 6.3 Aplicar a avaliação de políticas públicas

Por fim, recomenda-se que seja aplicado no Território Sertão do São Francisco o roteiro metodológico de avaliação da contribuição das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. Trata-se de uma avaliação já testada e que revela de forma bastante pragmática o real desempenho das políticas públicas executadas no Território.

Os argumentos ainda são outros. A aplicação da avaliação foi realizada em um ambiente bem similar ao do Território Sertão do São Francisco: semiárido, intensivo em práticas de convivência com as limitações que a localização exige; as políticas públicas e os programas usados na avaliação são executados nos 10 (dez) municípios do Território (não havendo perda metodológica se for necessário alterar ou inserir outros, se o objetivo for aproximar ainda mais o roteiro à realidade do Território); o custo benefício de aplicação do roteiro é extremamente elevado, uma vez que seu resultado pode direcionar o planejamento das iniciativas dos gestores públicos envolvidos, além de incentivar o emponderamento dos agentes da sociedade civil que atuam com o conjunto das políticas públicas e programas selecionadas para a avaliação.

Portanto, pode o Projeto Glob ser útil ao Território financiando uma avaliação dessa natureza, que tenha como objetivo compreender se as políticas atualmente implementadas no Território Sertão do São Francisco

impactam na vida das famílias no que se refere ao fortalecimento e sustentabilidade da agricultura familiar a partir das pessoas envolvidas, bem como se contribuem para o fortalecimento das comunidades rurais, e por fim ainda pode a avaliação direcionar para o aperfeiçoamento da execução dessas pelos gestores locais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABROMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo: UNICAMP, 1992.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável /. Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estudos Propositivos do Território Sertão do São Francisco. Relatório Técnico, 2008.

\_\_\_\_\_. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sertão do São Francisco. Relatório Técnico. 2008

BUAINAIM, A. M, ROMEIRO, A. R, GUANZIROLI, Carlos. Agricultura Familiar e o novo mundo rural. Sociologias no.10 Porto Alegre 2003.

CAZELLA, Ademir A. et al. (Org.). Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2009

CONDRAF, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Política de Desenvolvimento do Brasil Rural. Brasília: MDA, 2010.

CONDRAF, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Política de Desenvolvimento do Brasil Rural. Brasília: MDA, 2010.

CONTREAS, Joan P. La Construcción social del subdesarrollo y el discurso del desarrollo. In: BRETÓN, Victor et AL (ed). Los limites del desarrollo: modelos “rotos” y modelos “por construir” en América y África. Barcelona: Icaria, 1999.

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

DOURADO, Gicélio de Castro. O impacto da mecanização no município de Irecê na década de 70 e os reflexos para os pequenos e médios agricultores. 2003 . 5f Monografia (especialização em metodologia do ensino

superior). Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias. Campus XVI. Universidade do Estado da Bahia. Irecê-BA, 2003.

FAO; INCRA. Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília: FAO; Incra, 1996.

FAVARETO, Arilson et.al. Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12)

FAVARETO, Arilson et.al. Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12)

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In. DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In. DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GOODMAN, David et al. Da lavoura às biotecnologias. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. São Paulo: Editora Unicamp, 1999.

GUANZIROLI, Carlos H. Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil. Universidade Federal Fluminense. Textos para Discussão, 2006. Disponível em: <[www.uff.br/econ/download/tds/UFF\\_TD188.pdf](http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD188.pdf)>. Acesso em: 1º nov. 2011.

GUIMARÃES, Leonardo. Antecedentes do planejamento Territorial no Brasil. In. FAVARETO, Arilson. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (orgs.) Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007, p. 43-71.

LAMARCHE, Hugues. Por uma teoria da agricultura familiar. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995

MATTEI, Lauro. Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica. Brasília: Nead/MDA, 2006.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário Marco Referencial para o apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. In: Documentos Institucionais, n. 2, 2005.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário Marco Referencial para o apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. In: Documentos Institucionais, n. 2, 2005.

MEDEIROS, Leonilde S.; DIAS, Marcelo M. Bases para a construção de um marco jurídico-normativo do desenvolvimento rural no Brasil. In: PERICO, Rafael et al. (Org.). Políticas de desenvolvimento rural territorial: desafios para construção de um marco jurídico-normativo. Brasília: IICA, 2011. p. 127-137.

MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio P. (Org.). A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/CPDA, 1999.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados, V.16, n.44, São Paulo: USP, ago/2001.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados, V.16, n.44, São Paulo: USP, ago/2001.

PECQUEUR, B. O Desenvolvimento Territorial: Uma Nova Abordagem dos Processos de Desenvolvimento para as Economias do Sul. Raízes, Campina Grande, Vol. 24, nºs 01 e 02, jan/dez, 2005, p.10 - 22.

PERICO, Rafael Echeverri. Emergência e Evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In. FAVARETO, Arilson. Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil. Brasília: IICA, 2010.

SANTOS, Boaventura Souza. Um mapa de alternativas de produção. In: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções sobre território. 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. Desarrollo territorial rural. Santiago: Rimisp, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulação externas. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125



SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77- 115.

VEIGA, José E. A face rural do desenvolvimento: natureza território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 87-145.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudal. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos e Sociedades e Agricultura, Rio de Janeiro, out/2003, 42-61.

***Revistas consultadas e sites consultados:***

[www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)

[www.car.ba.gov.br](http://www.car.ba.gov.br)

[www.irppa.org.br](http://www.irppa.org.br)